

CAMPANHA SALARIAL 2006

Professores pressionam o GDF e passam dever de casa: investir 25% dos impostos arrecadados em educação

A campanha salarial deste ano tem uma reivindicação diferente: exigir que o GDF cumpra a Constituição e invista 25% de tudo que arrecada em educação. É lei e tem que ser cumprida.

Há muitos anos o governo federal, através do Fundo Constitucional, garante a educação do DF. Somente para este ano vêm cinco bilhões de reais. Ora, se o GDF também fi-

zer a sua parte e investir 25% de tudo que arrecada em ICMS, IPVA, ISS etc. em educação, acabarão os problemas de falta de recursos para consertar as escolas, para comprar material, reestruturar o plano de carreira e tantas outras reivindicações dos professores e da comunidade escolar que vêm sendo coladas em segundo plano pelo atual governo do Distrito

Federal.

O que não podemos admitir é que o GDF faça como no ano passado e, ao invés de garantir os recursos para a educação, retire R\$ 100 milhões para investir em publicidade.

Nossa luta é uma luta de toda a sociedade, que tem na lei maior a garantia de recursos para a educação, que não pode ser desrespeitada por qualquer governo.

Nossas conquistas dependem da nossa unidade

Já está em pleno andamento a campanha salarial deste ano. Muitas questões fundamentais para a nossa vida e nossa profissão estão em negociação com o GDF. Vai depender de cada um de nós. Tudo, absolutamente tudo – gratificações, plano de carreira, cursos de formação e especialização, coordenação pedagógica, compactação de horário, abonos, eleições diretas para as direções (retiradas pelo governo Roriz em 1999), direito aos delegados e representantes de escola, gozo de licença-prêmio (previsto na lei 8.112, mas que o GDF teima em não cumprir), critérios para remanejamento interno e externo, para distribuição de carga horária, entre outros – é conquista de nossas lutas. Nada veio como benesse de qualquer governo.

Portanto, companheiros, é preciso ter clareza: se quisermos de fato garantir o atendimento da nossa

pauta de reivindicações e impedir que o GDF retire os benefícios que já temos, é preciso participar das atividades da campanha, unidos, comprometidos com a melhoria de nossas vidas, que passa obrigatoriamente por salários dignos e por mais respeito nas escolas. Participe da conspurcação da luta, nas assembleias gerais e regionais, nos atos públicos, nas paralisações, caminhadas, carreatas, e outras formas para mostrar ao governo local nossa insatisfação com a realidade e nossa indignação com o tratamento discriminatório dispensado à nossa categoria.

Nossa campanha salarial já começou. Ela será vitoriosa? Depende de cada um de nós, unidos pelo mesmo objetivo: respeito e valorização à nossa profissão.

Negociações estão em passo de tartaruga

Em assembleia no dia 8 de abril passado a categoria elegeu os itens que compõem a pauta de reivindicações da campanha salarial de 2006, que foi entregue à governadora, Maria de Lourdes Abadia, à secretária de Gestão Administrativa, Cecília Landim, e à secretária de Assuntos Sindicais, Dulce Tanure. Até o momento não houve negociações concretas, apenas alguns encontros com as secretárias. Queremos negociar diretamente com a governadora, porque temos pouco tempo para definir nossa campanha, já que este é um ano eleitoral. Para que isso ocorra, é fundamental que a categoria demonstre toda a sua disposição para a luta.

É a categoria participativa que dá força e autoridade à comissão de negociação dos professores. A linguagem que o GDF entende é a da mobilização. Vamos buscar juntos o que merecemos.

Lula sanciona lei que amplia o conceito de 'funções de magistério'



Linamar Cruz - Agência Brasil

O ministro da Educação, Fernando Haddad, empossa novos integrantes do Conselho Nacional de Educação (CNE), em solenidade realizada no dia que o presidente sancionou a lei que beneficia os professores

O presidente Luís Inácio Lula da Silva e o ministro da Educação Fernando Haddad assinaram a Lei nº 11.301, no último dia 10, que considera funções de magistério as exercidas por professores em estabelecimento de educação. A lei inclui o exercício da direção de unidades escolares, de coordenação e de assessoramento pedagógico como funções de magistério. O projeto de lei é da autoria da deputada Neyde Aparecida (PT-GO).

A sanção do presidente atende antiga reivindicação dos professores, o que significa uma grande vitória da categoria e particularmente dos que exercem essas funções, pois antes não tinham o reconhecimento legal.

A sanção dessa lei, segundo Juçara Dutra Vieira, presidente da CNTE, pode ser considerada mais uma conquista da VII Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, realizada de 24 a 28 de abril. "A direção da CNTE esteve em

vigília no Congresso Nacional e em audiência com o presidente Lula no último dia 26. Na ocasião, foi solicitado que presidente sancionasse o projeto de lei, recém aprovado pelo Congresso", explicou.

Essa vitória é mais um marco para impulsionarmos a luta pela eleição de diretores nas escolas, assegurando a gestão democrática e a participação de professores e comunidade escolar nos rumos da educação no DF.

Veja, a seguir, a íntegra da lei:

LEI Nº 11.301, DE 10 DE MAIO DE 2006.

Altera o art. 67 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5o do art. 40 e no § 8o do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1o O art. 67 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte §

2o, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1o:

“Art. 67.

§ 2o Para os efeitos do disposto no § 5o do art. 40 e no § 8o do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.” (NR)

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 2006; 185o da Independência e 118o da República.

Luiz Inácio Lula da Silva

Fernando Haddad

Nossas principais reivindicações são:

- Recomposição das perdas salariais acumuladas, de acordo com o índice de inflação apurado pelo Dieese, ou seja, 74,16%.
- Isonomia salarial com os servidores da segurança e da saúde, que também são pagos com recursos dos Fundo Constitucional repassado pelo governo federal.
- Reestruturação do atual plano de carreira, garantindo isonomia com os servidores públicos com a mesma formação acadêmica.
- Implantação imediata do plano de saúde, com aumento da participação do GDF no seu custeio.
- Apresentação imediata do projeto de habitação/moradia para os professores e professoras.
- Gestão democrática com eleições diretas para as direções das escolas e das regionais de ensino.
- Revisão imediata da portaria nº 30, especialmente dos artigos que desrespeitam os direitos dos professores, como a não-substituição em horário de coordenação pedagógica e a modulação para o ensino de Arte.
- Aumento imediato do auxílio-alimentação e equiparação com o valor pago aos trabalhadores da Câmara Legislativa.

Cadê o contracheque dos aposentados?

Há dois meses a Secretaria de Educação não envia aos professores aposentados seus contracheques. O envio pelo correio dos contracheques é um direito garantido em lei e impedir que os trabalhadores observem a cada mês os valores que estão recebendo é, no mínimo, um absurdo.

E o pior é que fizeram isso justamente no mês em que houve reajustes salariais para os professores. Não dá para entender: em plena era da informática, sonegarem um direito dos aposentados. Será isso incompetência, falta de planejamento ou desrespeito?

Plano de Saúde ainda está indefinido

A Lei Nº 3.381 que cria o Plano de Saúde dos Servidores do Governo do Distrito Federal - o GDF SAÚDE foi publicada no Diário Oficial de 16 de Março de 2006. Agora, o governo deve dar posse ao Conselho de Administração e este, por sua vez, deve

elaborar o regimento com as regras de funcionamento do GDF-SAÚDE.

Lembramos que até agora a Lei ainda não foi regulamentada e que, portanto, os procedimentos de inclusão, exclusão ou de como o Plano de Saúde vai funcionar ainda não existem. Todas as

normas ainda serão criadas e divulgadas pela Direção do GDF-SAÚDE.

É importante que os professores aguardem a divulgação das normas de funcionamento, da rede de atendimento e da abrangência do Plano para que decidam pela exclusão ou não.

A preocupação de muitos professora e professores é quando começa a haver o desconto da contribuição dos associados. O GDF enviou uma emenda à Lei que determina o desconto da contribuição somente a partir do início do seu funcionamento.

Como existem muitas informações imprecisas sobre o plano de saúde orientamos a todos que aguardem a avaliação a ser realizada pela Secretaria de Saúde do Sinpro das informações oficiais a serem divulgadas pelo GDF.

Para pressionar o GDF a agilizar a implementação do

GDF-SAÚDE os Sindicatos ligados a CUT-DF estão organizando ações junto ao Governo e à Câmara Legislativa. A participação de todos, nesta campanha salarial, é mais uma forma de fazermos o GDF implantar o mais rapidamente o nosso plano.

Professora é a nova presidenta da CUT-DF



No Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores do DF (Cecut-DF) foi eleita a direção da central que comandará a mobilização dos sindicatos filiados e junto com eles, as lutas dos trabalhadores por melhores condições salariais, de vida, de trabalho, nos próximos três anos triênio 2006/2009.

À frente da direção da CUT-DF está a professora Rejane Pitanga (foto), que foi eleita presidenta da central. Ela é, ainda, diretora do Sindicato dos Professores no DF.

Presidente Lula legaliza centrais sindicais

Em cerimônia que reuniu sindicalistas no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou um pacote com medidas trabalhistas e sindicais, que entre outros pontos atende a uma reivindicação histórica dos sindicatos: o reconhecimento legal das centrais sindicais no país.

"É um fato histórico, pois as centrais sindicais, desde a fundação, lutam pela sua legalização", afirmou o presidente da CUT, João Felício. As propostas, discutidas no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho - instalado em 2003 por Lula com o objetivo de discutir sugestões para a modernização das relações de trabalho no país, foram enviadas como medidas provisórias ao Congresso Nacional.

Outra das medidas cria o Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT). O Conselho deve ajudar a desafogar a Justiça trabalhista, segundo afirmou o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. "Com isso, tiramos uma grande demanda da Mesa do Judiciário para resolver a partir do efetivo papel da negociação", considerou. O



Lula, com Luis Marinho ao fundo, sanciona a Lei

conselho será composto por cinco representantes de cada segmento: governo, trabalhadores e empregadores. Eles serão indicados pelas confederações patronais, centrais sindicais e Ministério do Trabalho. Terá duas câmaras: uma com representantes dos empregadores e do governo e outra com representantes dos trabalhadores e do governo.

Centrais sindicais

Com a regularização das centrais sindicais as organizações ganham respaldo jurídico para negociar com o governo. "É estranho falar que vamos reconhecer as centrais sindicais. Elas têm reconhecimento de fato, mas, no mundo jurídico, não são reconhecidas

sindicalmente. Portanto, era preciso trazer, à luz da nossa legislação, esse reconhecimento", disse o ministro.

A terceira medida do pacote será enviada por projeto de lei ao Congresso Nacional. Ela busca estimular cooperativas de trabalho formais, coibindo as irregulares. O projeto de lei estabelece critérios para o funcionamento e participação de associados, permitindo que pequenos grupos se beneficiem dos programas públicos de fomento. A proposta cria ainda o Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop), para dar crédito e apoio técnico às cooperativas, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

I Seminário sobre Saúde do Trabalhador em Educação

O Sinpro-DF e o Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF realizam nos dias 9 e 10 de junho, na Contag, o I Seminário sobre a Saúde do Trabalhador em Educação, com o tema A Precarização das Relações de Trabalho e as Políticas de Saúde.

Informações e inscrições nos endereços saúde@sinprodf.org.br e nos telefones 3343-4211 / 3343-4201.

Convite

Solenidade de Posse da Direção da CUT-DF Gestão 2006-2009

19 de Maio de 2006 às 19:30h - Auditório do SINPRO

SIG - SETOR DE INDUSTRIA GRÁFICAS - Q 6 lotes 2260 - 2270
3343-4200

Cooeduc é contemplada com projeção no Riacho Fundo II

A Cooperativa Habitacional dos Professores foi contemplada, através do programa de moradia do Governo Federal, com uma projeção para construção de um prédio de

40 apartamentos no Riacho Fundo II. Assim que for publicado no Diário Oficial, a Cooeduc vai selecionar os cooperados que participarão deste empreendimento.

Para os outros associados a Cooperativa está formando grupos para a compra de terrenos através da Terracap. Contato: 3333-4381 - Site: www.cooeduc.org.br

VII Congresso da Educação

Mudam as datas para entrega de teses e trabalhos

As datas para entrega das teses e trabalhos para o VII Congresso dos Trabalhadores em Educação do DF foram alteradas, de forma a permitir maior participação de toda a categoria. Dessa forma, o dia 9 de junho é a data limite para teses e o 13 de junho para Trabalhos/Experiências Educacionais.

Faltam adaptações em escolas inclusivas

As escolas públicas do DF não estão preparadas para atender às necessidades de pessoas com deficiência. A constatação foi feita pela presidenta da Comissão de Direitos Humanos em visitas a dois centros de ensino de Ceilândia e um em Samambaia no último dia 15/05.

Apesar de participarem do programa de inclusão social de crianças portadoras de necessidades especiais, as Escolas Classe 22 e 25 não oferecem infra-estrutura oferecendo ram-

pas, banheiros adaptados, balcão adequado para atendimento na secretaria, direção ou outros locais de atendimento. A comunidade escolar aponta ainda para a presença de outras barreiras arquitetônicas que não obedecem legislação inclusiva. "Atestamos que as escolas inclusivas não sofreram adaptações", afirmou a deputada Erika Kokay, presidente da Comissão.

A ação deu continuidade à Campanha pela Integração e Acessibilidade, iniciada no último dia 12/05, com o objetivo de verificar as condições de acesso a

pessoas com deficiências em transportes coletivos e logradouros públicos.

Participaram das atividades representantes do Fórum de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Faped), da Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV), do Instituto Cultural e Profissionalizante das Pessoas Portadoras de Deficiência do DF (ICP), do Sindicato dos Rodoviários do DF e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do DF.